

4.09.99 - Educação Física

**IDENTIFICAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR DE ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ARAPIRACA-AL**

Josimar Barbosa dos Santos<sup>1,5\*</sup>, Douglas Henrique Bezerra Santos<sup>2,5</sup>, Ingrid Kelly Alves dos Santos Pinheiro<sup>3,5,6</sup>, Arnaldo Tenório da Cunha Júnior<sup>4,5</sup>

1. Estudante de IC do Curso de Educação Física da UFAL–*Campus* Arapiraca
2. Professor Me. do Curso de Educação Física da UFAL–*Campus* Arapiraca
3. Mestranda em Educação Física, Universidade de Pernambuco (UPE)
4. Professor Dr. do Curso de Educação Física da UFAL–*Campus* Arapiraca / Orientador
5. Laboratório de Cineantropometria, Atividade Física e Promoção da Saúde – LACAPS
6. Grupo de Pesquisa em Estilo de Vida e Saúde - GPES

**Resumo:**

A importância da avaliação do rendimento escolar reside no fato de poder verificar se as metas pré-determinadas pela educação formal foram alcançadas, e se não, fornecer subsídios para correções. Assim, esta pesquisa teve como objetivo analisar o rendimento escolar de estudantes de escolas públicas urbanas de ensino fundamental II, do município de Arapiraca-AL. A amostra foi composta por 282 escolares de 11 a 14 anos de idade. O rendimento escolar foi analisado com base na média anual das escolas municipais, calculada de acordo com a média aritmética, obtida pelo aluno, em todas as disciplinas. Sendo assim, admitiu-se o rendimento escolar de acordo com a pontuação:  $\geq 6,0$  pontos (rendimento satisfatório)  $< 6,0$  pontos (rendimento insatisfatório). Os resultados mostraram que 80% dos alunos da amostra obtiveram rendimento satisfatório e 20% apresentou rendimento insatisfatório. Portanto, o rendimento escolar da grande maioria dos alunos avaliados demonstrou-se satisfatório.

**Palavras-chave:** Desempenho Escolar; Escolares; Ensino Fundamental II.

**Apoio financeiro:** CNPq e FAPEAL

**Trabalho selecionado para a JNIC pela instituição:** UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL

**Introdução:**

Segundo Oliveira (2016), a educação escolar constitui um dos pilares cruciais para a promoção humana, ao preparar as novas gerações para a participação autônoma na vida social do país.

Klauck (2012) aponta que a educação escolar foi constitucionalmente declarada em 1988, como direito do cidadão brasileiro. Tal medida, aliada à implementação de políticas públicas educacionais durante a década de 90, promoveu a ampliação e universalização do Ensino às diversas camadas sociais, no entanto, problemas já existentes no sistema educacional brasileiro, relacionados à infraestrutura das escolas, quantitativo de professores, dentre outros, foram aprofundados.

Os fatos mencionados justificam a importância dada à avaliação no cenário educativo, evidenciada por meio de ações do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Exemplos de algumas dessas ações são a Prova Brasil e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), avaliações voltadas ao Ensino Fundamental, que buscam avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro (KNIJNIK, GIACOMONI e STEIN, 2013).

Nessa perspectiva, o desenvolvimento e aprimoramento de instrumentos que possibilitem a verificação do rendimento escolar dos alunos são fatores que podem auxiliar na qualidade da ação pedagógica de professores e dos processos de gestão pública da educação. Entretanto, apesar do aumento de interesse na área, a realidade da avaliação do rendimento escolar no Brasil tem sido caracterizada por uma carência de instrumentos cientificamente construídos para tal fim (KNIJNIK, GIACOMONI e STEIN, 2013).

Assim, uma forma de analisar os índices educacionais de uma instituição escolar ou mesmo de toda uma rede de ensino, no âmbito científico, excetuando-se as avaliações governamentais, como o SAEB e a Prova Brasil, é por meio da avaliação do rendimento escolar (OSTI e MARTINELLI, 2014). A qual se apresenta como um indicador da capacidade do aluno em acompanhar os conteúdos pedagógicos propostos para a série a qual pertence, sendo analisado por meio da nota obtida nas avaliações propostas pela escola. Sua importância reside no fato de poder analisar se as metas pré-determinadas pela educação formal foram alcançadas, e caso contrário, fornecer subsídios para correções (KNIJNIK, GIACOMONI e STEIN, 2013).

Desta forma, o presente trabalho teve por objetivo analisar o rendimento escolar de estudantes de escolas públicas urbanas de ensino fundamental II, do município de Arapiraca-AL.

## Metodologia:

Este estudo foi realizado a partir da experiência como participante do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) -CNPq – UFAL - FAPEAL (2016 –2017), vinculado ao grupo de pesquisa denominado Laboratório de Cineantropometria, Atividade Física e Promoção da Saúde (LACAPS), cujo título do projeto de pesquisa aprovado, nesse ciclo informado, foi “Antropometria, aptidão física e desempenho escolar de alunos da rede municipal de ensino de Arapiraca-AL”.

A amostra foi composta por 282 escolares com idades entre 11 e 14 anos do sexo masculino e feminino, de forma probabilística e aleatória de duas escolas da rede pública municipal de Ensino Fundamental II, localizadas respectivamente nas regiões Leste e Sul de Arapiraca-AL.

A presente pesquisa foi efetivada em três etapas. A primeira, consistiu na revisão bibliográfica, bem como se iniciou o trabalho de campo com visitas à Secretaria Municipal de Educação de Arapiraca-AL e às escolas selecionadas de acordo com os critérios estabelecidos. A segunda, abrangeu a apresentação do projeto em cada turma da escola, tal processo era feito antes da coleta de dados referente ao rendimento escolar dos alunos com a direção de cada escola participante desta pesquisa. Na terceira, por sua vez, realizou-se a tabulação dos dados, e posteriormente, os resultados referentes ao rendimento escolar foram apresentados em valores absolutos e relativos, e expostos em tabelas e gráficos.

Convém salientar que no Brasil existe um instrumento padronizado para a avaliação do rendimento escolar, de uso científico, o Teste de Desempenho Escolar (TDE). No entanto, o mesmo é destinado apenas para as séries de 1º ao 6º ano do Ensino Fundamental (KNIJNIK, GIACOMONI e STEIN, 2013). Por essa razão, tal instrumento não foi utilizado no presente estudo.

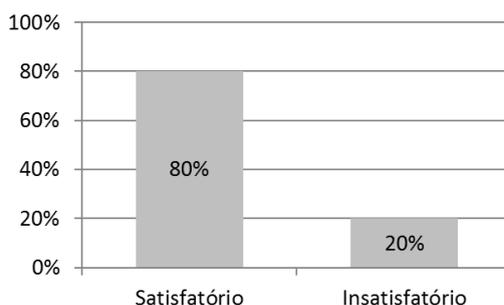
Assim, para a avaliação do rendimento escolar, baseou-se na média bimestral das escolas municipais (6,0 pontos), calculada de acordo com a média global do aluno, que representava a média aritmética das notas de todas as disciplinas (Educação Física, Português, Matemática, Ciências, Geografia, História, Artes, Inglês e Ensino Religioso). Sendo assim, o rendimento escolar foi admitido de acordo com a pontuação:  $\geq 6,0$  pontos (rendimento satisfatório) e  $< 6,0$  pontos (rendimento insatisfatório).

## Resultados e Discussão:

Este estudo envolveu uma amostra composta por 282 escolares de 11 à 14 anos de idade que estudavam no ensino fundamental II, em escolas urbanas de Arapiraca-AL.

Na figura 1, como apresentado, 80% dos alunos da amostra obteve rendimento satisfatório e 20% alcançou rendimento insatisfatório.

**Figura 1** – Rendimento Escolar de todos os alunos avaliados



Fonte: Dados da pesquisa 2017

O uso do rendimento escolar torna-se fundamental para a avaliação do processo educativo, para fomentar mudanças que promovam uma educação cada vez mais eficiente (OLIVEIRA, 2016). E no presente estudo 80% dos alunos avaliados obtiveram rendimento escolar satisfatório, enquanto 20% obteve rendimento escolar insatisfatório.

Os índices oficiais, expedidos por avaliações realizadas tanto no âmbito internacional com o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), quanto nacional por meio da Prova Brasil e do SAEB, revelam preocupação com a qualidade do ensino, ao mostrarem que o rendimento escolar obtido pelos estudantes brasileiros está aquém do observado em alunos de países desenvolvidos e subdesenvolvidos (CALEJON; SIQUEIRA; 2011; OSTI e MARTINELLI, 2014; OLIVEIRA, 2016).

Os estudos de Osti e Martinelli (2014), a partir de dados de uma avaliação internacional realizada pelo PISA, divulgados em 2006, apontavam que o Brasil estava na 49ª posição na prova de leitura e 54ª na avaliação de matemática, e em sua última edição em 2009, ficou em 53º lugar. Já no âmbito nacional, Calejon (2011) e Siqueira (2011), mencionam que os dados da pesquisa realizada em 2003, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira (INEP), apontava que uma porcentagem significativa (54%) de crianças da quarta série do Ensino Fundamental apresentava péssimo desempenho na leitura ou não sabiam fazer simples cálculos utilizando as quatro operações básicas da matemática, e ainda que esta realidade verificada prolonga-se ao longo de todo ensino básico.

Segundo Calejon (2011) e Oliveira (2016), na última década ocorreram investimentos governamentais em prol de melhorias na educação pública brasileira. No entanto, os avanços alcançados foram pouco expressivos. Mostrando que o aumento de insumos educacionais (infraestrutura escolar, corpo docente e materiais didáticos, por exemplo), não é suficiente, considerando que a escola pública atende alunos com as mais diversas dificuldades, oriundas de seu meio sociocultural, e estas também podem figurar como determinantes do rendimento escolar, as quais merecem atenção das políticas públicas governamentais.

Batista (2011) menciona que uma série de fatores podem se configurar como determinantes do rendimento escolar dos estudantes, como as variáveis relacionadas aos aspectos sociais, as quais esta inclua a qualidade de vida (bem-estar físico, mental e social), o status socioeconômico, o nível de educação dos pais, o interesse e a participação dos pais no processo educacional. E aqueles fatores mais diretamente relacionados com as dinâmicas internas da escola e com as políticas educativas, assim como, as variáveis pessoais dos alunos onde se incluem a motivação, as capacidades, as atitudes em relação à escola e às aprendizagens, as variáveis pessoais do professor (competência pedagógica, personalidade), as interações educativas entre professor e alunos (comunicação, liderança, métodos de ensino e de avaliação), dentre outros.

Peralta et al. (2014), por meio da realização de uma revisão sistemática, verificou a relação entre a Educação Física e o rendimento escolar de estudantes. A partir do qual foram identificados 28 estudos, sendo escolhidos 8 por meio dos critérios de inclusão estabelecidos. Tendo como resultados que destes, 6 estudos apontam que a Educação Física está relacionada a promoção do rendimento escolar. Os outros 2 textos indicam neutralidade nessa relação e que para propiciar melhorias deveria haver o aumento do tempo de aulas destinados a Educação Física e melhor qualificação dos professores, recomendando que as políticas escolares considerem a Educação Física como disciplina importante para o desenvolvimento físico e cognitivo dos estudantes.

Por conseguinte, Mota et al. (2015), utilizando-se de um estudo de revisão sistemática, analisou os dados provenientes de revisões sistemáticas, para compreender a relação entre a prática de atividade física e educação física, o rendimento escolar e a cognição dos alunos. Identificando inicialmente 47 revisões sistemáticas, que após passarem pelos critérios de inclusão, 40 foram excluídas. Dentro das sete revisões sistemáticas, criteriosamente selecionadas, foram identificados 100 estudos que relacionaram as variáveis em estudo, sendo que 62 destes reportaram uma associação positiva entre as variáveis. Bem como, foi identificado que participar em três ou mais aulas de Educação Física por semana está positivamente correlacionado com uma melhoria no rendimento escolar, sugerindo que a distribuição e aumento da carga horária semanal pode ser um fator relevante que deveria ser alvo de maior atenção das políticas públicas educacionais.

Já Hattie (2012), norteado pelos achados do seu livro denominado *Visible Learning*, publicado em 2009. O qual é fruto do maior Projeto de Pesquisa em Educação baseado em evidências, em razão de ter tomado como base mais de 800 meta-análises (método de combinação de resultados de diferentes estudos para identificar padrões) de 50 mil pesquisas em artigos, envolvendo cerca de 240 milhões de estudantes. Realizou um estudo com estudantes de Londres e Nova York, no qual foram analisados os efeitos dos fatores lar, escola, diretor, colegas e professor para o rendimento escolar do aluno. E chegou a conclusão, que dos fatores extrínsecos ao aluno, o professor constitui o de maior influência (30%), e os demais fatores analisados têm, segundo o autor, uma influência entre 5 e 10% no rendimento escolar apenas. Evidenciando que apesar da influência dos diversos fatores, o professor é realmente o determinante principal da aprendizagem do aluno, e é compreensível que o êxito das ações pedagógicas por ele desempenhadas, dependa das condições objetivas a ele garantidas (SOUZA, 2009).

Osti e Martinelli (2014), em pesquisa que analisou o rendimento escolar em função do sexo, de uma amostra composta por 120 alunos do quinto ano do ensino fundamental, da cidade de Campinas-SP. Os mesmos para medir o rendimento escolar, consideraram o conceito por nota atribuído pelo professor ao aluno. Da amostra avaliada, 60 alunos apresentaram rendimento escolar insatisfatório, dos quais 83,3% eram do sexo masculino, mostrando um número de alunos reprovados superior à quantidade encontrada no presente estudo.

Em estudo de metodologia semelhante a este, realizado por Neto (2017), o qual averiguou o estado nutricional e o rendimento escolar de uma amostra composta por 107 estudantes do ensino fundamental I de uma escola pública do município de Arapiraca-AL. Da amostra avaliada, 88,78% obteve rendimento escolar satisfatório e 11,22% apresentou rendimento escolar insatisfatório, esses escolares que não atingiram a média necessária eram do sexo masculino. Obtendo, desta forma, dados similares aos encontrados no presente estudo, onde ambos foram feitos na mesma cidade, porém em escolas e seguimentos de ensino diferentes, já que este envolve o ensino fundamental II e aquele, o ensino fundamental I. Fato que corrobora com a afirmação de que a aprendizagem obtida nos anos iniciais de escolarização pode repercutir durante os posteriores, conforme apontam Pastura et al. (2005).

Essa pesquisa teve algumas limitações, as quais podem ter influenciado até certo ponto os dados encontrados. Estas foram: avaliação do rendimento escolar com base somente nos dados numéricos fornecidos pelas próprias escolas, sem a utilização de nenhum teste padronizado ou de avaliação externa às mesmas, como a da Prova Brasil, a do Sistema de Avaliação Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e mesmo dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Assim como não envolveu os diversos fatores sociais, econômicos, familiares, escolares, físicos e psicológicos dos estudantes que também interferem em suas aprendizagens educacionais (BATISTA, 2011; HATTIE, 2012; OSTI e MARTINELLI, 2014; IZIDORO et al., 2014).

## Conclusões:

Divergindo dos dados das avaliações do PISA e do SAEB, o rendimento escolar da grande maioria dos alunos avaliados demonstrou-se satisfatório. No entanto, sugere-se a realização de estudos futuros, com o objetivo de compreender os fatores que influenciam no rendimento escolar, assim como a realização de estudo semelhante a este, tanto em escolas da rede pública, quanto em escolas da rede privada, visando realizar um estudo comparativo a partir dos dados encontrados.

## Referências bibliográficas

BATISTA, M. **La práctica de judo en relación con el autoconcepto, la autoestima y el rendimiento escolar de los estudiantes de Primer Ciclo de Primaria**. Tese de doutorado - Universidad de Extremadura, Badajoz, España, 2011.

CALEJON, Laura Marisa Carnielo. Desempenho Escolar e Vulnerabilidade Social. **Revista EXITUS**, V.1, N.1, p.149-164, Jul./Dez, 2011. Disponível em: <<http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/articulo/download/214/201>>. Acesso em: 04 de Ago., 2017.

HATTIE, J. **Visible Learning for Teachers: Maximizing Impact on Learning**. London and New York: Routledge, 2012. Disponível em: < <https://www.egfl.org.uk/sites/default/files/SUMMARY%20OF%20VISIBLE%20LEARNING.pdf>>. Acesso em: 04 de Ago., 2017.

IZIDORO, Gabriela da Silva Lourelli et al. A influência do estado nutricional no desempenho escolar. **Rev. CEFAC**, Set/Out, 2014. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rcefac/v16n5/1982-0216-rcefac-16-05-01541.pdf>>. Acesso em: 04 de Ago., 2017.

KLAUCK, Giseli Aparecida Caparros. **Indicadores de qualidade de ensino: estudo em escola destaque no Ideb**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós- Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados – MS, 2012.

KNIJNIK, Luiza Feijó; GIACOMONI, Claudia; STEIN, Lilian Milnitsky. Teste de Desempenho Escolar: um estudo de levantamento. **Rev. Psico-USF**, Bragança Paulista - SP, v. 18, n. 3, p. 407-416, set/dez 2013. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=401036096007>> Acesso em: 04 de Ago., 2017.

MOTA, J. et al. Atividade Física e Rendimento Acadêmico - Uma Revisão Sistemática de Sete Revisões Sistemáticas. **Revista da Sociedade Científica de Pedagogia do Desporto**, 1(6), pp.24-29, 2015. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/279527881>>. Acesso em: 06 fev. 2017.

NETO, Saturnino Tavares da Silva. **Estado nutricional e rendimento escolar de alunos do último ano do ensino fundamental 1**. Artigo (Educação Física) - Universidade Federal de Alagoas, Arapiraca-AL, 2017.

OLIVEIRA, Daniela Vieira. **Relação entre gastos educacionais e desempenho escolar nos municípios goianos**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: < <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/6152>>. Acesso em: 04 de Ago., 2017.

OSTI, Andréia; MARTINELLI, Selma de Cássia. Desempenho escolar: análise comparativa em função do sexo e percepção dos estudantes. **Rev. Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 49-59, jan./mar. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v40n1/aop1200.pdf>>. Acesso em: 04 de Ago., 2017.

PASTURA, GIUSEPPE MÁRIO et al. Desempenho escolar e transtorno do déficit de atenção e hiperatividade. **Rev. Psiq. Clín.** 32 (6); p.324-329, Mar./Ago., 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rpc/v32n6/a03v32n6.pdf>>. Acesso em: 04 de Ago., 2017.

PERALTA, M. et al. A relação entre a Educação Física e o rendimento acadêmico dos adolescentes: uma revisão sistemática. **Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente**, Lisboa, p. 129-137, 2014. Disponível em: < [http://repositorio.ulsiada.pt/bitstream/11067/1349/1/rpca\\_v5\\_n2\\_8.pdf](http://repositorio.ulsiada.pt/bitstream/11067/1349/1/rpca_v5_n2_8.pdf)>. Acesso em: 06 fev. 2017.

ROCHA, Fabrícia Abrantes Figueiredo; TEIXEIRA, Jeanne Christine Mendes; MELO, Felipe Luiz Neves Bezerra. Análise dos fatores que influenciam o desempenho escolar dos alunos do Ensino Fundamental no estado do Rio Grande do Norte. **REVISTA INTERFACE**, Rio Grande do Norte, Jan./jul., 2015. Disponível em: <<https://ojs.ccsa.ufrn.br/ojs/index.php?journal=interface&page=article&op=view&path%5B%5D=516&path%5B%5D=629>>. Acesso em: 04 de Ago., 2017.

SOUZA, Lanara Guimarães. Avaliação de políticas educacionais: contexto e conceitos em busca da avaliação pública. In: LORDÊLO, José Albertino Carvalho; DAZZANI, Maria Virgínia (organizadores). **Avaliação educacional: desatando e reatando nós**. 2. ed., Salvador: EDUFBA, 2009. Cap. 1, p.17-31.

SIQUEIRA, Cláudia Machado; GIANNETTI, Juliana Gurgel. Mau desempenho escolar: uma visão atual. **Ver. Assoc. Med. Bras.** - 57(1):78-87, Belo Horizonte - MG, Out., 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ramb/v57n1/v57n1a21.pdf>>. Acesso em: 04 de Ago., 2017.